

O Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX: perspectivas interpretativas

Daniel do Val Cosentino

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: dcosentino@terra.com.br.

RESUMO

Este trabalho analisa a possibilidade de abordagem do Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX. Um de seus objetivos é argumentar a favor da possibilidade da existência de pensamentos econômicos nacionais em detrimento da visão que entende a teoria econômica como universal. Além disso, sustentamos a ideia de que é possível, no caso do Brasil, abordar a questão a partir do século XIX, ao contrário de grande parte dos estudos sobre Pensamento Econômico Brasileiro, que concentram suas abordagens no século XX e na problemática da superação do subdesenvolvimento. Assim, discutimos a formação das ideias, do Brasil e suas interpretações, relacionando-as ao Pensamento Econômico Brasileiro e suas possibilidades de abordagem. Procuramos discutir teórica e metodologicamente a questão da universalidade e da nacionalidade na teoria econômica, negando a primeira e afirmando a segunda, propondo que faz sentido, além de ser fundamental, considerar a teoria econômica e seu pensamento a partir das especificidades de cada nação. Disso deriva o Pensamento Econômico Brasileiro, resultado de análises e, muitas vezes, de adaptações e da difusão de teorias produzidas em outros contextos, a partir de nossas particularidades e condição periférica, o que lhe confere originalidade e importância. A partir disso, argumentamos que ser factível abordar o tema tendo como referência o século XIX. O que nos leva a analisar alguns trabalhos que abordaram o tema, ilustrando, desta forma, a questão metodológica.

Palavras-chave: Pensamento Econômico Brasileiro; século XIX; nacionalidade; originalidade; difusão; adaptação.

Área: 1. História Econômica e Demografia Histórica

O Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX: perspectivas interpretativas

Daniel do Val Cosentino¹

Uma das grandes dificuldades do historiador é delimitar seu objeto de estudo, bem como estabelecer uma periodização para sua análise. Diante desta dificuldade, o pesquisador faz escolhas, que, quase sempre, evidenciam opções teóricas e determinam os rumos do seu trabalho. O desafio se coloca quando nos propomos a abordar o Pensamento Econômico Brasileiro. Trata-se, antes de tudo, de uma discussão metodológica.

Todo trabalho de História do Pensamento Econômico parte de uma escolha, ou seja, depende, essencialmente, de uma seleção de quais autores ou pensadores serão abordados, portanto, de uma opção metodológica, que reflete posições teóricas. Assim, há um sentido em estudar um determinado grupo de pensadores em detrimento de outros.

Isso pode, aparentemente, fazer pouco sentido. Afinal, é mais ou menos consensual o conteúdo de obras e disciplinas de História do Pensamento Econômico. Geralmente, relacionamos a questão à evolução das ideias econômicas desde os seus primórdios, com Adam Smith até as evoluções neoclássicas e keynesianas do século XX, passando pela crítica marxista da economia política clássica. Contudo, até mesmo esse consenso reflete uma opção, ou, dito de outra forma, reflete como tendemos a associar História do Pensamento Econômico à evolução do capitalismo.

Mas isso não encerra a questão. Por trás das opções metodológicas, além de um consenso, existem posições teóricas divergentes, visões de mundo que se contrapõem. A História do Pensamento Econômico, assim sendo, não é neutra e a maneira como a enxergamos diz muito da nossa realidade e da forma como refletimos sobre a Economia e o mundo que nos cerca.

Refletir a respeito do Pensamento Econômico Brasileiro, bem como sobre sua história, implica, inevitavelmente, na discussão a respeito da possibilidade de reconstituição histórica de pensamentos econômicos nacionais, contemplando aspectos geográficos, históricos e sociais. Tal discussão envolve a afirmação do pluralismo metodológico, bem como uma crítica à pretensa universalidade da teoria econômica. Ao longo deste trabalho abordamos tal questão a partir de três aspectos específicos.

Primeiro, a partir da possibilidade da existência de um pensamento econômico nacional. Tal discussão remete, essencialmente, à distinção levantada por Schumpeter entre análise econômica e pensamento econômico e seus desdobramentos. Esta questão está relacionada à suposição de que o conhecimento econômico, a análise econômica ou a teoria econômica teriam caráter universal. Assim, haveria apenas a ou uma história do pensamento econômico, aquela que abordaria a evolução das ideias econômicas desde a sua emergência até o período contemporâneo. A partir desta perspectiva, qualquer especificidade teórica relacionada a problemas nacionais ou regionais específicos seriam ignoradas, assim como qualquer possibilidade de admitir qualquer diversidade teórica na economia.

Evidentemente discordamos desta proposição. A Economia, como uma ciência social, está sujeita a diferentes abordagens metodológicas e teóricas, bem como suas perspectivas de reflexão estão condicionadas por fatores históricos e regionais. Ou seja, a natureza e o tipo de reflexão econômica têm sim relação com espaços nacionais específicos e não só podem, como devem, ser abordados a partir da perspectiva nacional. Como bem lembram Almodóvar & Cardoso², reconhecer as possibilidades de histórias do pensamento econômico nacionais é não só reforçar o pluralismo metodológico na economia, bem como reconhecer que a teoria e as reflexões econômicas são resultados das diversas formações históricas e culturais. Assim, o segundo aspecto

¹ Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: dcosentino@terra.com.br.

² ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. Londres: Routledge, 1998.

que pretendemos abordar nas páginas que seguem é como definir um pensamento econômico nacional.

Por fim cabe definir o que seria o Pensamento Econômico Brasileiro. Tal questão remete ainda à pouca atenção dada ao século XIX nos trabalhos e discussões a respeito do tema. Os trabalhos clássicos de Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega³, por exemplo, concentram toda a atenção no século XX, considerando apenas como Pensamento Econômico Brasileiro o debate intelectual e reflexivo em torno das questões pertinentes ao desenvolvimento econômico e a superação do subdesenvolvimento no país.

A partir desta discussão, e levando em consideração a possibilidade, bem como a definição do que é o Pensamento Econômico Brasileiro, pretendemos apontar para a existência de um Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX e a sua importância para a melhor compreensão da formação histórica e econômica nacional.

===

O importante trabalho de Joseph Schumpeter⁴, *História da análise econômica*, levanta alguns pontos importantes. Logo no início do livro, discutindo a questão do método, o autor, ao buscar justificar o estudo de história, argumenta que “a matéria econômica é um processo histórico único, de modo que, a largo alcance, a economia de diferentes épocas trata de diferentes conjuntos de fatos e problemas”. Portanto, a história das doutrinas econômicas seria de grande interesse. Entretanto, para ele, “a economia científica não carece de continuidade histórica” e seu objetivo principal com a obra seria descrever “o processo pelo qual o esforço dos homens para compreender o fenômeno econômico produz, aperfeiçoa e destrói as estruturas analíticas numa sucessão interminável” (SCHUMPETER, 1964, p.26). Esta seria a sua tese ao longo do livro, mostrar que a economia não difere de outros campos do conhecimento. Ou seja, a teoria econômica (que importa) seria uma sucessão de análises, específicas de seu tempo, carregadas de verdades científicas, que ao longo do tempo se aperfeiçoam em busca da verdade absoluta.

Schumpeter descreve também, já no segundo capítulo, o que seriam as técnicas da análise econômica. Nesta parte, começa a diferenciar a análise econômica dos sistemas de economia política, bem como do pensamento econômico. É no quarto capítulo que o autor irá esclarecer essencialmente o objetivo e a metodologia de seu trabalho. Para Schumpeter, a Análise Econômica é a economia em si, que junta História, Sociologia, teoria e Estatística para explicar a realidade, portanto, Economia Aplicada. Já os Sistemas de Economia Política estariam ligados a questões ideológicas e políticas, enquanto o Pensamento Econômico estaria ligado à prática, ou, por assim dizer, à ideia de política econômica. Assim, a História da Análise Econômica seria diferente da História dos Sistemas de Economia Política e da História do Pensamento Econômico.

Logo, para ele, pensamento econômico estaria ligado “à exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” ou “a soma total de todas as opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público. Daí surge a diferença essencial, porque a análise econômica não estaria interessada no que determinado autor “defendeu, mas, sim, em como defendeu e quais instrumentos de análise usados para isto.” (SCHUMPETER, 1964, p.65)

A perspectiva lançada por Schumpeter teve importantes desdobramentos para a História do Pensamento Econômico. Vejamos, por exemplo, o respeitado Mark Blaug⁵. Inicialmente, o autor

³BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004; MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

⁴ SCHUMPETER, Joseph. *História da Análise Econômica*. 1º Volume, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

⁵ Ver, BLAUG, Mark. On the Historiography of Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, 12, 1990; BLAUG, Mark. No History of Ideas, Please, We're Economists. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 15, No. 1, 2001; BLAUG, Mark. *Economic theory in retrospect*. 3. ed. Cambridge; London: Cambridge University, 1983.

nos apresenta a História do Pensamento Econômico como um estudo crítico das teorias do passado, onde a crítica tem, inevitavelmente, como referência, a teoria moderna e contemporânea.

"This is a critical study of theories of the past: it concentrates on the theoretical analysis of leading economists, neglecting their lives, their own intellectual development, their precursors, and their propagators. Criticism implies standards of judgment, and my standards are those of modern economic theory. This would hardly be worth saying were it not for the fact that some writers on the history of economic thought have held out the prospect of judging past theory in its own terms. Literally speaking, this is an impossible accomplishment for it implies that we can erase from our minds knowledge of modern economics". (BLAUG, 1983, p. 1)

Assim, apresenta uma visão a partir de uma perspectiva voltada para a questão do avanço, aperfeiçoamento das ideias. E, portanto, a teoria econômica e o pensamento econômico seriam encarados sob a perspectiva da constante evolução e aperfeiçoamento dos instrumentos analíticos.

"No idea or theory in economics, physics, chemistry, biology, philosophy and even mathematics is ever thoroughly understood except as the end-product of a slice of history, the result of some previous intellectual development. (...) Economic knowledge is path-dependent. What we now know about the economic system is not something we have just discovered, but it is the sum of all discoveries, insights and false starts in the past." (BLAUG, 2001, p.156)

Dessa forma, a História do Pensamento Econômico deveria partir de uma reconstrução do passado de modo racional, pois só assim se poderia chegar à verdade do que determinados autores pensavam. Aparentemente o autor procura fugir do anacronismo, contudo, o que o guia é uma preocupação do presente, portanto, sua análise tem um propósito teórico, qual seja, o avanço, o progresso na teoria econômica.

"I have come to the conclusion that the only approach to the history of economic thought that respects the unique nature of the subject material, rather than just turning it into grist for the use of modern analytical techniques, is to labor at historical reconstructions, however difficult they are. Rational reconstruction makes past thinkers appear to be a bit more like us than they were; historical reconstructions make them out to be a little less like us than they were. (...) There is progress in history of economic thought just as there is in economics as a whole: to read even such great scholars of yesterday as Jacob Hollander and Jacob Viner on Adam Smith is to realize how far we have come in Smithian studies in recent decades. (...) historical reconstructions, which involve accounting for the ideas of past thinkers in terms that these thinkers and their contemporary followers would have accepted as a correct description of what they intended to say, are very difficult to carry out. They require careful reading not only of the texts of the economists that one is studying, but also of the previous generation of thinkers in order to understand the context in which the economists in question were writing. Historical reconstructions require us to travel backwards in time, to drive the intellectual vehicle of economics by looking in the rearview mirror." (BLAUG, 2001, p.150-151)

Nesta perspectiva apresentada por Blaug, os autores ou pensadores econômicos são apreendidos e analisados independentemente dos aspectos históricos ou sociais em que estão envolvidos e suas proposições avaliadas de acordo com os desdobramentos contemporâneos da teoria econômica.

O autor também coloca a questão a partir de outra perspectiva, de forma semelhante à visão de Schumpeter ao apresentar a distinção entre absolutismo e relativismo na construção da História do Pensamento Econômico. A posição relativista, levando em consideração o contexto histórico e social, avaliaria a teoria econômica e seus pensadores a partir da sua capacidade de responder aos problemas específicos de seu tempo, tendo pouca importância a sua contribuição para a evolução da teoria econômica moderna. Por outro lado, a posição absolutista avaliaria as formulações teóricas e seus pensadores em sua capacidade de contribuir com o avanço da teoria econômica contemporânea, independentemente de sua relação com o contexto histórico e social.

"The relativist regards every single theory put forward in the past as a more or less faithful reflection of contemporary conditions, each theory being in principle equally justified in its own context; the absolutist has eyes only for the strictly intellectual development of the subject, regarded as a steady progression from error to truth. Relativists cannot rank the theories of different periods in terms of better or worse; absolutists cannot help but do so. Now, of course, few commentators have ever held either of these positions in such an extreme form, but almost every historian of economic thought can be placed near one or the other pole of what is in fact a continuum of attitudes to the theories of the past. (BLAUG, 1983, p. 2)

Tal abordagem se assemelha à análise econômica schumpeteriana ao apontar a teoria como uma construção autônoma e independente dos fenômenos históricos e sociais. Para Blaug, não haveria uma abordagem mais ou menos adequada e esse julgamento dependeria do historiador e dos objetivos de seu trabalho.

De maneira semelhante⁶, José Luiz Cardoso argumenta que a História do Pensamento Econômico é heterogênea, sendo que as abordagens não seriam excludentes, vendo como legítimo o desejo de uma abordagem que congregue as duas vertentes. Para ele, "as distintas formas de se fazer a História do Pensamento Econômico possuem validade e pertinência que não podem ser julgadas por uma arbitragem epistemológica pretensamente neutra" (CARDOSO, 1989, p.18). Caberia ao pesquisador escolher a opção de acordo com a natureza e o objetivo que sua pesquisa pretende cumprir.⁷

Portanto, esta polarização entre análise econômica e pensamento econômico, ou entre abordagem absolutista e abordagem relativista, se apresentam como alternativas metodológicas aos historiadores do pensamento econômico.

Contudo, esta questão metodológica levantada por Schumpeter expõe um problema. Ao tentar diferenciar análise econômica do pensamento econômico, o autor não consegue perceber que

⁶ "De forma abreviada, teremos: absolutismo ou reconstrução racional como a visão que privilegia o processo interno de evolução positiva da ciência econômica tomando como referência os avanços teóricos alcançados no tempo presente; e relativismo ou reconstrução histórica como a visão que privilegia as condições e circunstâncias históricas, de tipo social, econômico, institucional ou político, em que emerge e se desenvolvem a ciência econômica". (CARDOSO, 1997, p.216)

⁷ Neste sentido, apesar de aceitar a tipologia proposta por Blaug, Cardoso adverte que a abordagem absolutista é uma forma de tratar o problema mas não a única e que sua aceitação irrestrita pode representar, em grande medida, a perda de significado cultural e histórico da história do pensamento econômico. Ver CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989; Cardoso, José Luis. *Pensar a Economia em Portugal. Digressões históricas*. São Paulo: Difel, 1997; CARDOSO, José Luis. *História do Pensamento Econômico Português. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; ALMODÓVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. Londres: Routledge, 1998.

não se pode separar uma da outra. Esta separação carrega consigo uma concepção, a nosso ver equivocada, da história, como a história “do que se impôs”. Ou seja, a concepção de Schumpeter ignora o fato de que o pensamento econômico é resultado de determinada realidade histórica, assim como a própria Economia, e que não faria sentido separá-las, pois não há só uma Economia, como também não há só um pensamento econômico. A visão de Schumpeter é anacrônica, pois não consegue perceber e entender que a Economia ou a teoria econômica não fazem nem podem fazer sentido se não considerarmos a realidade e o sentido histórico nas quais estão inseridas. Ou seja, não se pode pensar o passado a partir de elementos que só fazem sentido no presente. Logo, fazer uma *História da Análise Econômica*, tendo como referência o método do equilíbrio geral walrasiano e como os instrumentos e métodos do passado se aproximavam de tal método, ou contribuíram para ele, é incorrer no grave equívoco do anacronismo.

Maurice Dobb, por exemplo, no clássico *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*, procura se contrapor a Schumpeter. A partir de uma perspectiva marxista, Dobb argumenta que o pensamento econômico é sempre uma resposta aos problemas da sociedade, portanto, a teoria econômica responde a um contexto social e histórico, procurando justificá-lo, ou mesmo, questioná-lo. Assim, há sempre alguma coisa por trás do pensamento econômico, que dá a ele sentido. Nas palavras de Dobb, “Independentemente do que se possa esperar *a priori*, a História da Economia Política, já a partir de sua origem, revela com abundante clareza o quão próxima (e até mesmo de forma deliberada) a formação da teoria econômica esteve ligada à formação e defesa de políticas econômicas”⁸.

Assim, para Dobb, nem a Economia nem a História do Pensamento Econômico são neutras, ou seja, toda opção metodológica ou teórica reflete também um posicionamento político, uma visão de mundo. Não há como entender a Economia e o pensamento econômico sem entender a História; uma faz parte da outra. Trata-se, portanto, de entender as ideias econômicas diretamente ligadas e relacionadas ao seu contexto histórico.

O trabalho de Schumpeter reflete uma visão de mundo e uma opção teórica. Uma visão de mundo que crê na necessidade da exatização das ciências sociais, na concepção falsificacionista e positivista da Filosofia da Ciência e na crença da existência de uma verdade econômica única e universal. Uma opção teórica, também, que apontaria a teoria econômica neoclássica e seus princípios fundamentais do equilíbrio geral como o fim da História. Nos termos de Pêrsio Arida⁹, seria uma forma de encarar a Economia como uma *hard science*, quase uma ciência exata, desvalorizando, assim, o conhecimento da História do Pensamento Econômico.

A questão que se coloca é: quais as implicações de se fazer ou não a distinção entre análise econômica e pensamento econômico? Fazê-la implica no reconhecimento de que a Economia é uma ciência metodologicamente próxima das ciências exatas, ainda que se admita a heterogeneidade do pensamento econômico. Significa entender a Economia como um conjunto de conhecimentos que se acumulam e se aperfeiçoam ao longo do tempo, sempre apresentando teorias de fronteira que representariam o conhecimento atual e válido. Mas a implicação mais importante é a aceitação de que o saber econômico é universal e de que o saber econômico original não tem nacionalidade. A Economia, como ciência, pensa o mundo abstratamente e, por isso, pouco importa o lugar onde é produzida. Nacionalidade e originalidade são questões que não merecem figurar numa discussão desse tipo.

Contudo, não fazer tal distinção implica em reconhecer a Economia como uma ciência social. Significa entendê-la como resultado de determinações históricas e sociais, e respeitá-la em sua diversidade. Tal diversidade exige histórias do pensamento econômico plurais, tornando relevante a discussão da nacionalidade e originalidade em sua elaboração. A questão da

⁸ Ver DOBB, Maurice. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Presença, 1976.

⁹ ARIDA, Pêrsio. A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica. In: RÊGO, J.M.; GALA, P. (orgs.). *A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003. Também sobre o assunto, ver BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da Economia*. São Paulo: Hucitec, 1988. (capítulo 1)

universalidade ou nacionalidade do conhecimento é geral nas ciências humanas, assim como o debate sobre a originalidade desse conhecimento¹⁰. Reclamar a nacionalidade e a originalidade do conhecimento poderia ser uma atitude menor, mero desejo vaidoso de afirmar uma identidade. Se a Economia é análise econômica, essas questões são realmente menores. Contudo, se não há distinção entre análise econômica e pensamento econômico, nacionalidade e originalidade tornam-se relevantes, porque as determinações sócio-históricas são fundamentais para a formação do pensamento econômico e para a formulação de teorias econômicas. Além disso, estão no cerne de reflexões autônomas sobre a própria realidade, o que é ainda mais dramático nos espaços econômicos periféricos, onde a busca por identidade se apresenta como necessidade histórica para superação de seus problemas específicos.¹¹

Nas palavras de Novais e Arruda, “se, como historiadores, considerarmos a Economia Política uma *ciência social*, então a sequência temporal das ideias econômicas começará a ser vista em correlação aos contextos históricos, dentro dos quais se formularam e sobre os quais incidiram”¹².

Analisando as determinações históricas nacionais do conhecimento, Paula, Cerqueira & Albuquerque¹³ caracterizam a Economia Política clássica como uma invenção inglesa, resultado do contexto, da realidade e da cultura inglesa do período de emergência e consolidação do capitalismo.

“a economia política clássica é uma criação inglesa na mesma medida em que também é invenção inglesa uma certa concepção de mundo tomada como espaço da realização de interesses individuais, com base em escolhas hedonísticas e relações impessoais”. (PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2007, p.360)

Para os autores, parece claro que o pensamento econômico reflete as circunstâncias históricas específicas do tempo e lugar em que é concebido, ou seja, o caráter nacional do pensamento econômico não pode ser ignorado. Da mesma forma que a suposta universalidade da Teoria Econômica ignora o fato que as Nações e sociedades têm histórias, padrões de comportamento e matrizes culturais distintas, e que influenciam de maneira decisiva a visão que têm da realidade e do mundo. Afirma-se, portanto, que a Economia, como toda ciência social, é uma leitura de um tempo e de uma realidade e por isso sua apropriação tem variadas formas. Neste sentido, os autores argumentam que seria possível falar e abordar diferentes estilos de economia política, que determinaram escolas nacionais de pensamento econômico, tanto no que diz respeito à forma, quanto ao conteúdo destas construções teóricas.

“o pensamento econômico reflete, em algum sentido, o conjunto das circunstâncias histórico-culturais que o forjaram e que o viram nascer. Dizer isso — é importante frisar — não significa negar a existência de uma dimensão autônoma, interna, regida por leis e procedimentos analítico-

¹⁰ Ver por exemplo CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000; FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro?. *Estudos avançados*, vol.1 no.1 São Paulo Oct./Dec. 1987; ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Paulo; ARANTES, Otília. SENTIDO DA FORMAÇÃO. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹¹ Ver COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago; SILVA, Roberto. *Adaptação e originalidade na construção de um pensamento econômico nacional*. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte. Anais XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013.

¹² NOVAIS, Fernando Antonio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da Nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), 2003.

¹³ PAULA, João Antonio; CERQUEIRA, Hugo; ALBUQUERQUE, Eduardo. Nações e estilos de Economia Política. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), pp. 357-374, julho-setembro/2007.

científicos, determinante decisivo da constituição de todo campo específico de conhecimento. Significa, na verdade, interrogar a justeza da tese de Schumpeter sobre a existência de uma dimensão do pensamento econômico, a análise econômica, que seria imune a contaminações ideológico-políticas, eternamente voltada para um único objetivo — o desenvolvimento dos métodos de análise econômica no sentido de sua plena aproximação do prevaente nas ciências exatas e naturais.

Assume-se aqui que o pensamento econômico, em que pese certa autonomia discursiva, certas exigências metodológico-conceituais, reflete o seu tempo e o seu lugar, expressa-se segundo estilos, metáforas, referências, interesses que transcendem o específico da análise econômica. Trata-se, assim, de entender o pensamento econômico, como, em alguma medida, refletindo o contexto nacional, as circunstâncias históricas que o ensejaram”. (PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2007, p. 357-358)

A questão da nacionalidade do pensamento econômico talvez tenha sido pela primeira vez abordada por Friedrich List¹⁴. O autor alemão argumenta que o sistema econômico criado por Adam Smith seria uma teoria nacional, ou o “sistema nacional de economia inglesa”, e não uma “teoria pura” ou universal. Isto seria resultado de uma análise que se baseava nas especificidades da condição inglesa, que em muito se diferenciava da Alemanha de List e dos Estados Unidos, por exemplo. Tais diferenças de desenvolvimento constituíram a primeira parte do trabalho clássico do economista alemão. Logo, a Economia Política, em meados do século XIX, oferecia uma análise que, distante da realidade inglesa de desenvolvimento considerável no campo industrial, faria pouco sentido.

A Alemanha, assim como os Estados Unidos, se atrasou, em relação à Inglaterra, no processo da revolução industrial e, por isso, “precisava adotar, pois, atitude diversa na defesa de seus interesses, ao contrário do que preconizava a escola clássica, fruto da ideologia do capitalismo britânico”. (IGLESIAS, 1959, p.51) Tal abordagem sustentaria, portanto, uma visão nacionalista em defesa do desenvolvimento industrial alemão.

Assim, List critica a defesa do livre comércio como modelo teórico para todas as nações. O que não quer dizer que ele discordasse do liberalismo como regime econômico. Acreditava, portanto, no liberalismo como regime a ser seguido internamente pelos países, mas defendia o protecionismo comercial como forma de proteção às indústrias nascentes, que, do contrário, seriam destruídas antes de sua expansão, como resultado do atraso relativo em relação à indústria inglesa.

A defesa da proteção à indústria nascente surge como uma reação à entrada de produtos ingleses, através do livre comércio, que impedia o surto industrial em países como Alemanha e Estados Unidos. Diante desta realidade, List discordará da escola clássica apontando o seu caráter a-histórico e abstrato e criticando sua pretensão universalizante ao formular leis supostamente válidas em qualquer tempo e lugar.

O que o autor alemão nos mostra é que a economia política, em seu nascimento, é o resultado de uma leitura de uma realidade específica, a inglesa do final do século XVIII e início do XIX, e uma defesa dos interesses imediatos daqueles que compunham tal realidade. Ou seja, o livre comércio servia aos interesses industriais da Inglaterra, mas em nada contribuiria para o progresso das nações em condições econômicas diferentes¹⁵.

¹⁴ LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

¹⁵ Inevitável não recordar aqui de estudo mais contemporâneo de Ha-Joo Chang que nos mostra como as nações industriais e desenvolvidas se utilizaram de artifícios reconhecidamente não liberais em suas estratégias de desenvolvimento e, principalmente a partir do final do século passado, defendiam que as nações subdesenvolvidas ou em estágio de desenvolvimento se utilizassem de estratégias liberais, principalmente o livre comércio, como forma de se desenvolver. Para Chang esta seria uma forma de limitar ou impedir o desenvolvimento de tais países e garantir uma condição de desigualdade que somente favorece os países desenvolvidos. Ver CHANG, Há-Joo. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

O elemento da nacionalidade pode ser verificado também em uma das elaborações¹⁶ de História do Pensamento Econômico de Marx¹⁷, que, ao procurar estabelecer a gênese da economia política clássica, reconhece as diferentes determinações desta, na Inglaterra e na França. Assim, a teoria do valor do trabalho teria diferentes desdobramentos nas duas nações, cujo contraste se percebe nos trabalhos fundadores de William Petty e Pierre Boisguillebert no final do século XVII e início do XVIII e nas obras, consideradas como ponto de chegada ou de síntese da economia política por Marx, de David Ricardo e Simonde de Sismondi¹⁸, ou mesmo nos escritos clássicos de François Quesnay e Adam Smith. (Paula, Cerqueira & Albuquerque, 2007)

"Se por um lado, esta polêmica contra o dinheiro está ligada a circunstâncias históricas determinadas - Boisguillebert combatendo a cega e destruidora ganância do ouro da corte de Luis XIV, de seus "arrendatários gerais" e de sua nobreza, enquanto Petty exalta a ganância pelo ouro como o impulso enérgico que estimula um povo ao desenvolvimento industrial e à conquista do mercado mundial -, por outro lado, destaca-se aqui a profunda oposição de princípios, que se repete como um contraste permanente, entre a economia caracteristicamente inglesa e a caracteristicamente francesa". (MARX, 1974, p.162)

Tal contraste não foi completamente explorado por Marx, mas, sobretudo, se expõe nas denúncias que Boisguillebert e Sismondi fizeram de certos aspectos centrais do capitalismo, o dinheiro e o capital industrial, na dificuldade de aceitar certos elementos da dinâmica capitalista. Na essência, apresentam o que é central nas diferenças entre Inglaterra e França. Ainda que tenham sido espaços que, em períodos semelhantes, o capitalismo penetrou e se consolidou, enquanto na primeira o espírito e a garantia das liberdades individuais influenciaram de modo decisivo a vida material, intelectual e política da sociedade, na segunda, ao contrário, sempre prevaleceu a presença forte, absolutista do Estado, seja como indutor econômico ou reformador social. Duas matrizes culturais e intelectuais distintas que condicionarão a realidade bem como as apropriações teóricas que se farão dela.

“Se a França é, desde o início do século XVII, pelo menos, a exacerbação do poder absolutista, a Inglaterra vive, ainda mais precocemente, desde o início do século XIII, com a Carta Magna, a presença de limitações ao poder da monarquia, uma realidade que foi chamada de absolutismo mitigado. É essa tradição que marcará a trajetória político-institucional da Inglaterra até hoje — a longa experimentação de formas de garantia dos direitos individuais, uma permanente supremacia dos interesses dos homens de negócio sobre os privilégios aristocráticos. É essa a base tanto da mais arejada concepção de mercantilismo, que vai prevalecer na Inglaterra, quanto do enraizamento das prerrogativas da sociedade civil inglesa contra o discricionário do poder monárquico. (...) Muito outra é a ambiência histórica francesa. Lá prevaleceu, entre os séculos XVII e XIX, a mão pesada do estado absolutista em todo o seu poderio. Lá, ao contrário da

¹⁶ Para tal questão ver PAULA, João Antonio; CERQUEIRA, Hugo. Sobre Isaac Rubin e sua História do Pensamento Econômico. Apresentação In: RUBIN, Isaac. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

¹⁷ MARX, Karl. “Para Crítica da Economia Política”. São Paulo: Abril Cultural, 1974. E PAULA, João Antonio; CERQUEIRA, Hugo; ALBUQUERQUE, Eduardo. Nações e estilos de Economia Política. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), pp. 357-374, julho-setembro/2007.

¹⁸ Que apesar de suíço é considerado francês por Marx a partir da leitura das nações como manifestação histórico-cultural.

afirmação dos interesses individuais, que é típica da realidade inglesa, prevalecerão a regulamentação e a interferência estatais, a concentração absoluta do poder monárquico, a ausência de instituições político-representativas capazes de vocalizar os interesses do “terceiro estado”. É esse pano de fundo histórico que condicionará o pensamento econômico francês”. (PAULA; CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2007, p.359-360)

Dentro desta perspectiva, que considera as determinações históricas e culturais como fundamentais para a construção de um pensamento econômico, é inevitável não abordar o pensamento alemão, que se configurou em meados do século XIX e ficou conhecido como a Escola Histórica Alemã. São consagradas, na historiografia, as diferenças materiais e econômicas entre a Inglaterra e a Alemanha em meados do século XIX. Enquanto os ingleses viviam um ambiente no qual o capitalismo, bem como o desenvolvimento da indústria, já se consolidavam plenamente, os povos de origem germânica ainda estavam envolvidos na superação de complexas diferenças regionais, políticas e econômicas que marcam todo o processo de unificação da Nação, que apenas se consolidará na década de 1870. Estas realidades distintas marcam profundamente a produção e a reflexão intelectual nos dois espaços.

Como já destacamos anteriormente, todo ambiente cultural e social inglês favorecerá o desenvolvimento da Economia Política e de uma perspectiva liberal marcante na sociedade. Enquanto isso, na Alemanha, além de uma matriz cultural distinta, havia uma consciência do seu atraso relativo a outras nações. É dentro desta perspectiva que podemos compreender, por exemplo, as ideias de List destacadas anteriormente.

De certa forma, esta tradição de pensar a economia a partir da perspectiva histórica e nacional, inaugurada por List, influenciará e dará origem à Escola Histórica, da qual o alemão pode ser considerado um precursor. Muito se fala, mas na verdade pouco se conhece, estuda ou entende tal escola no Brasil¹⁹. É o que explica talvez a pouca quantidade de trabalhos específicos deste tema. Evidentemente que não é nosso interesse aqui resolver esta questão, sendo tão somente entender as contribuições metodológicas de tal escola para a abordagem do pensamento econômico em termos nacionais.

Essencialmente, a Escola Histórica rejeitou a economia política clássica (inglesa para colocar nos termos que tratamos aqui) e sua teoria do valor, assim como também rejeitou os paradigmas da economia neoclássica²⁰. Assim, diante da realidade de uma economia atrasada e pouco desenvolvida, a escola alemã expõe nada mais que a opção por uma estratégia de desenvolvimento ou de superação do atraso que reafirma e valoriza a cultura e a identidade alemã, afirmando a importância da história e negando pressupostos e proposições que lhes são culturalmente estranhas. Tal alternativa é resultado do ambiente, dos valores culturais, de uma determinada forma de ver a vida e da existência de uma sociedade na Alemanha que em muito se distinguia da Inglaterra.

¹⁹ Especificamente aqui nos valem dos seguintes trabalhos para desenvolver esta parte: BEAUCLAIR, Geraldo. *Introdução ao Estudo do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974; IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE/UFMG, 1959; PAULA, João Antonio; CERQUEIRA, Hugo; ALBUQUERQUE, Eduardo. Nações e estilos de Economia Política. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), pp. 357-374, julho-setembro/2007; SCHUMPETER, Joseph. *História da Análise Econômica*. 3º Volume, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964b.

²⁰ Mesmo tendo sido um alemão, Hermann Gossen em *Desenvolvimento das leis relativas ao intercâmbio humano*, de 1854, o precursor da economia neoclássica, ao tentar provar que a conduta humana era movida pelo intuito de obter o máximo de prazer, bem como, “um indivíduo que consome várias doses sucessivas de um mesmo bem econômico encontra no consumo de cada uma delas uma satisfação decrescente; e é a satisfação que procura a última dose a consumir (a que dará saciedade) a que determinará o valor do bem. A utilidade (a que mais tarde se denominou de marginal) seria para Gossen, a utilidade de um bem que, acrescido à quantidade total em poder do consumidor, satisfizesse a necessidade dele”. (BEAUCLAIR, 1974, p.83-84) Assim, seria a utilidade que determinaria o valor de um bem.

“A recusa alemã em aceitar a economia clássica ou neoclássica é, na verdade, uma estratégia de afirmação de um outro paradigma que, opondo-se à impessoalidade, à abstração e ao individualismo típicos daquelas teorias, buscará mostrar a organicidade das relações entre o homem e a natureza, denunciando a inautenticidade do mundo da racionalidade instrumental, mediante a escolha da cultura em contraposição à civilização; da comunidade em relação à sociedade; da nação, do local, do regional em relação à abstração das relações impessoais”. (Paula; Cerqueira; Albuquerque, 2007, p.366)

Ou nas palavras de Beauclair,

“Os teóricos da economia alemã, por volta de 1840, não podiam admitir a doutrina clássica inglesa, deduzida do princípio do próprio interesse, simplesmente por que este princípio não prevalecia em seu país. Nada mais natural de parte dos alemães do que a convicção de que uma investigação de caráter especial das economias nacionais era a primeira necessidade” (BEAUCLAIR, 1974, p.75)

Assim, a Escola Histórica rejeitou qualquer possibilidade de constituição de uma teoria econômica com pretensões universalizantes, ao tentar observar regularidade ou estabilidade nas relações econômicas. Para tal escola, a principal característica da economia seria a falta de regularidade ou a ausência de alguma ordem nos fenômenos econômicos. A existência de uma teoria econômica implicaria na possibilidade de previsão, o que, segundo eles, seria impossível em economia. Desta forma, a única alternativa seria recorrer à história como forma de entender os elementos da vida material.

Joseph Schumpeter, no terceiro volume de sua *História da Análise Econômica*, procura descrever os principais elementos da Escola Histórica alemã. E, aqui, um parêntese se faz necessário, pois, apesar de tal descrição, o autor não considera que tal corrente tenha feito contribuições ao que ele expõe como a Análise Econômica. Contudo, em seu entendimento, teria o que acrescentar do ponto de vista do ensino e da pesquisa na economia, sobretudo por ter sido ela uma das fundadoras da História Econômica, que em muito interessava ao economista austríaco²¹.

Ao tentar descrevê-la, divide em três gerações: “a velha escola histórica” formada por autores como Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); “a nova escola histórica” cujo grande expoente foi Gustav Von Schmoller (1838-1917)²²; e a “novíssima escola histórica” cujos expoentes foram Max Weber (1864-1920), Werner Sombart (1863-1941) e Arthur Spiethoff (1873-1957).

Francisco Iglesias (1959) parece discordar de tal abordagem²³ e divisão ao argumentar que não haveria “solução de continuidade” entre as gerações. Além disso, parece discordar da

²¹ “Aquela conquista, embora culminante, não pertence, evidentemente, à esfera da análise científica. E uma vez que este livro é uma história da análise científica, não nos caberia tratar deste assunto. O que nos compete tratar aqui é outro de seus aspectos – cuja menor importância eu me apresso a confirmar – qual seja a sua influência sobre a pesquisa e o ensino”. (SCHUMPETER, 1964b, p.69-70)

²² Além dele Schumpeter cita também Lujo Brentano (1844-1931), G. F. Knapp (1842-1926), Karl Bucher (1847-1930) e Held, de quem não conseguimos consultar maiores informações, uma vez que as notas de Schumpeter estão incompletas.

²³ Não é possível saber se Iglesias teve acesso ao trabalho de Schumpeter ao escrever o seu texto. O seu livro é de 1959 e a primeira publicação de História da Análise Econômica data de 1954, sendo que a tradução para o português ocorreu em 1964. Há que se ressaltar, também, que as referências citadas por Schumpeter não permitem saber de onde tirou tal divisão ou se trata de uma abordagem original. O seminal trabalho do economista austríaco, por se tratar de publicação póstuma organizada por sua esposa, tem várias lacunas (várias delas inclusive no capítulo a respeito da Escola Histórica) e não se encontrava completamente finalizado.

classificação de Weber e Sombart como membros da mesma, por acreditar que eles, "autores de universal repercussão", não seriam estranhos a ela, porém "em posição de independência ou até de hostilidade". (IGLESIAS, 1959, p.54)

Segundo Schumpeter, a principal característica da Escola Histórica era a crença "na proposição de que o economista, como pesquisador, deve ser um historiador econômico". Assim, a economia deveria basear-se em estudos exclusivamente históricos e o economista deveria "investigar processos e padrões de desenvolvimento em seus detalhes vivos, no tempo e no espaço, atividade cujo sabor teria que aprender e apreciar". (SCHUMPETER, 1964b, p.75)

Evidentemente, o trabalho do economista austríaco, que é uma grande demonstração de sua erudição e conhecimento, tem mais o sentido de descrição e análise dentro de uma perspectiva que valoriza muito mais a Escola Histórica como fundadora e propagadora da história econômica, do que propriamente uma abordagem que valorize a perspectiva crítica em relação à teoria econômica e como uma alternativa nacional à mesma. Apesar disso, o próprio Schumpeter relaciona a emergência de tal escola às especificidades alemãs do século XIX.

Segundo aponta Iglesias (1959) a Escola Histórica se inicia com Wilhelm Roscher, contemporâneo de List, porém mais liberal e não defensor do protecionismo. Assim, sua visão ainda se apegava à escola clássica, defendendo, contudo, o culto à história como forma de fundamentar a sua obra de economista. Bruno Hildebrand foi o seu sucessor mais importante, tendo se afastado mais dos clássicos pela negação das leis naturais e preocupação com o desenvolvimento das nações. De uma forma geral, ainda procura encontrar princípios gerais para explicar a história econômica, o que de certa forma contradiz o próprio espírito de sua obra. Já Karl Gustav Knies dá o passo adiante da escola ao não reconhecer as leis naturais, as leis de desenvolvimento, conduzindo, assim, o relativismo a uma forma extrema e que não admitia generalizações.

"Desenvolve-se, pois, entre os três mestres da escola, o que se tem chamado "a querela das leis". Como conclusão, poder-se-ia dizer que se chega à possibilidade de negar a ciência econômica, pelo não reconhecimento de leis: a realidade é fruto de determinadas circunstâncias, em determinado tempo. Impõe-se um relativismo. A generalização que a economia clássica pretende repousa, então, em equívoco". (IGLESIAS, 1959, p.53)

Contudo, foi com Gustav Schmoller que a Escola Histórica teve o seu maior impulso com trabalhos cuja marca principal seria o fundamento histórico da economia. Assim, sintetiza Iglesias (1959), os traços marcantes da Escola Histórica foram: **negação do universalismo das leis na economia política**, uma vez que, diante de ambientes, contextos e realidades distintas, seria impossível estabelecer uma lei que pudesse ser válida em qualquer tempo e espaço e a **negação do homo oeconomicus**, movido pelo desejo insaciável de obter cada vez mais riqueza, uma vez que o indivíduo poderia obedecer a outros impulsos. Portanto, para os historicistas seria impossível, inviável e questionável a construção de uma teoria econômica abstrata e universal, uma vez que não se poderia levar em conta o geral, mas apenas o particular, o específico.

"Em síntese, exaltando o papel da história em economia, a ponto de torná-la fundamento e centro da ciência econômica - que só se constituiria diante de materiais históricos e estatísticos sobre as condições econômicas dos povos em todos os pontos e épocas -, essa corrente teve o mérito de fazer estudo sem conta". (IGLESIAS, 1959, p.61)

Trata-se, portanto, de uma questão metodológica o elemento central da Escola Histórica, como bem chama atenção Francisco Iglesias. Tal abordagem, ao criticar o universalismo, valorizar a história e abrir espaço para a questão da nacionalidade, em muito nos interessa no que diz respeito à construção e à possibilidade de um pensamento econômico nacional.

Colocada a questão metodológica, como, então definir um pensamento econômico nacional? Tal questão foi sistematicamente discutida por José Luiz Cardoso em seus trabalhos a respeito do pensamento econômico português e da difusão das ideias econômicas na Europa.²⁴ Para o autor, a historiografia do pensamento econômico tradicional não deu atenção suficiente às ideias e teorias desenvolvidas em contextos históricos e espaços nacionais que não os específicos dos países capitalistas centrais.

Levando em conta a perspectiva do absolutismo e relativismo, para o autor, não haveria como seguir a abordagem absolutista para o caso de Portugal, uma vez que o país padeceria de escassez de produção analítica²⁵. Cardoso adota, desta forma, a abordagem relativista, sendo que considera não ser "possível compor uma história nacional do pensamento econômico sem atender aos nexos e ligações mantidos à escala internacional". (CARDOSO, 2001, p. 12)

Desta forma, o autor aponta para o que seria a questão central, como estabelecer a relação entre cosmopolitismo, que seria a recepção e difusão da teoria econômica estrangeira no âmbito nacional, e a nacionalidade. O que significa dizer que existiria, de um lado, uma história do pensamento econômico internacional, abstrata, teórica e alheia às especificidades históricas e regionais e, de outro, histórias do pensamento econômico nacional, presentes sobretudo nos países periféricos, e resultado da apropriação e adaptação do pensamento internacional às necessidades, especificidades e realidades nacionais. Dito de outra forma, e no essencial, a questão permanece e o pensamento econômico internacional e os pensamentos econômicos nacionais convivem assim como a análise econômica e o pensamento econômico na tipologia schumpeteriana. (COSENTINO; GAMBI; SILVA, 2013) Assim, a principal preocupação de José Luiz Cardoso é a difusão e assimilação internacional do pensamento econômico.

"a facilidade ou dificuldade de aceitação de doutrinas, teorias e políticas econômicas está sempre condicionada pelas particularidades da realidade econômica, das instituições políticas e sociais e do ambiente científico prevalente no país receptor. Ora, é precisamente o modo como um país utiliza e adapta as influências recebidas que torna pertinente e válido o estudo da história do pensamento econômico numa perspectiva nacional". (CARDOSO, 2009, p.254)

Para o autor, a originalidade das ideias nacionais estaria ligada às especificidades vividas por cada país, não se podendo negar a existência de centros difusores do conhecimento. Portanto, a originalidade estaria diretamente ligada à uma adaptação criteriosa da "matriz de reflexão comum" ou do pensamento internacional, sendo que as novidades necessárias para adaptar a teoria à realidade nacional garantem a possibilidade e a formação de um pensamento nacional.

Assim, a difusão do pensamento econômico em escala internacional se apresenta como uma condição de possibilidade ao pensamento econômico nacional, bem como garante às ideias econômicas sua própria universalidade, ao rasgar horizontes e fronteiras, aparecendo em diferentes espaços e territórios. (CARDOSO, 2009)

Evidentemente, esta perspectiva significa a existência de pioneiros e seguidores, em termos de pensamento econômico, sendo que o pioneirismo caberia sempre ao centro, restando à periferia o papel de seguidores. Portanto, o centro produz o conhecimento ou a teoria internacional e a periferia, subordinada, em seguida, o adapta à sua realidade específica e conforme sua necessidade. Assim, para a periferia, a questão da nacionalidade, no que diz respeito ao pensamento econômico,

²⁴ Além dos trabalhos já citados do autor, ver CARDOSO, José Luís, Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. *Nova Economia*. vol.19 no.2, Belo Horizonte Mai/Set., 2009; CARDOSO, José Luís, The International Diffusion of Economic Thought. In: SAMUELS, Warren; BIDDLE, Jeff E.; DAVIS, John B. (eds) *A companion to the history of economic thought*. Oxford, England: Blackwell Publishing, 2007.

²⁵ Cardoso argumenta nos mesmos termos que Bielschowsky para o caso do Brasil, como analisaremos mais detidamente à frente.

é uma questão essencial. Como bem lembra Cardoso, não se trata apenas de uma questão de afirmação da identidade nacional, mas sim "da identificação de problemas nacionais para os quais são necessárias soluções nacionais; pois é no diagnóstico desses problemas e na sua resolução que emergem formas inovadoras e genuinamente nacionais de pensamento econômico". (CARDOSO, 2001, p. 213-214).

Assim, a originalidade do pensamento econômico na periferia do capitalismo seria decorrente da adaptação da teoria internacional, nas palavras de Cardoso, uma adaptação original. Tais questões, no âmbito do Brasil, tiveram tratamento semelhante por Amaury Gremaud e Ângela Ganem.

Amaury Gremaud²⁶ fala em originalidade, a partir da adaptação, sobretudo quando discute as ideias do Visconde de Cairu, o Ensino de Economia Política no Brasil no século XIX e o debate entorno da política monetária. Já Ângela Ganem²⁷, discutindo questões mais relativas ao século XX e à consolidação do capitalismo no Brasil, aponta na adaptação teórica e conceitual uma marca da história do pensamento econômico brasileiro, assim como a pluralidade e a interdisciplinaridade.

Por outro lado, Geraldo Beauclair²⁸ argumenta que a originalidade e a adaptação não seriam os únicos caminhos para o estudo do Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX. Para o autor, esta seria uma possibilidade, decorrente da análise de como os pensadores brasileiros, partindo da matriz teórica da fisiocracia ou da economia política clássica inglesa, refletiram sobre a realidade brasileira. Por outro lado, haveria uma série de outros personagens que, prescindido desta matriz teórica tradicional, pensaram o cenário econômico brasileiro e, na visão do autor, conceberam uma verdadeira e genuína "Economia Política Nacional", nos moldes e a partir da mesma tradição da "Escola Histórica Alemã" que, como vimos, também rejeita a escola liberal inglesa como única via teórica para pensar as questões econômicas.

"Para os ilustrados que trilharam esta última via fazer Economia Política seria, então, vivenciar as situações, observar as fazendas e oficinas, descrever o funcionamento das instituições, procurar perceber as 'realidades' circundantes, formar uma 'ideia' dessas 'realidades' e propor medidas julgadas adequadas ou possíveis de serem postas 'em prática'". (BEAUCLAIR, 2001, p.117)

Discutida a questão da possibilidade de um pensamento econômico nacional, bem como sua definição em torno da adaptação e da originalidade, cabe agora, como base nestes aspectos, definir o Pensamento Econômico Brasileiro e sua possibilidade de discussão a partir do século XIX.

Qualquer reflexão ou discussão a respeito do Pensamento Econômico Brasileiro passa obrigatoriamente pelos trabalhos de Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega²⁹. Os dois trabalhos clássicos são da década de 1980 e, apesar de partirem de metodologias diferentes, concentram suas análises e discussões em torno da temática do pensamento desenvolvimentista no Brasil. Assim, centram suas pesquisas em mostrar como autores e pensadores encaravam e interpretavam os problemas do Brasil e os meios possíveis para o país se desenvolver.

²⁶ GREMAUD, Amaury. P. *Das controvérsias teóricas à política econômica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.

²⁷ GANEM, Ângela. Reflexões sobre a história do Pensamento Econômico Brasileiro. *Análise Econômica*, v.59, n.26, 2011.

²⁸ BEAUCLAIR, Geraldo. M. O. *A construção inacabada: a economia brasileira (1820-1860)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2001.

²⁹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004; MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

Em *A Economia Política Brasileira*, Guido Mantega procura identificar como se formou e estruturou nossa economia política. Logo na introdução, Mantega identifica *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, como a obra fundante da economia política brasileira. Antes, para ele, as análises se encontravam de forma parcial e fragmentadas, logo, o trabalho de Furtado, segundo o autor, era o primeiro trabalho de fôlego, estruturado a partir de um sólido arcabouço teórico, que organiza e procura compreender a dinâmica econômica brasileira. A partir desta obra, para Mantega, o Pensamento Econômico Brasileiro se consolidou e passou a formar modelos analíticos. Assim, o autor pretende, com a obra, analisar a formação destes modelos, suas origens teóricas, fontes de inspiração, hipóteses básicas e proposições fundamentais. Desta forma, “trata-se, portanto, da reconstituição crítica das trajetórias teóricas das principais correntes analíticas afins, que vão formar, no meu entender, uma Economia Política Brasileira.” (MANTEGA, 1984,18).

Para Mantega, o Pensamento Econômico Brasileiro formou-se ao longo do anos de 1950 e 1960, a partir da consolidação dos processos de urbanização e industrialização do Brasil, ou seja, a partir da consolidação do capitalismo. Processo que desencadeou interpretações sobre o subdesenvolvimento brasileiro e os meios para superá-lo. Assim, através da influência, seja da teoria econômica clássica, keynesiana ou marxista, nascem diversas interpretações da realidade brasileira, contudo, o essencial, e o que tornou possível falar-se em uma economia política brasileira, foi a criatividade e a originalidade das contribuições e suas preocupações com as peculiaridades históricas brasileiras. De tal modo, tais interpretações e visões teóricas tornaram relevante e fundamental em suas estruturas a formação econômica e capitalista brasileira, ou seja, como as relações capitalistas ou o modo de produção capitalista se desenvolveu no país.

Assim, o autor analisa o pensamento econômico brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970 e o divide em correntes de pensamento, que construíram quatro modelos analíticos, são eles: Modelo de Substituição de Importações, Modelo Democrático-Burguês, Modelos de Subdesenvolvimento Capitalista e Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. O primeiro modelo é oriundo das interpretações de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, sendo herdeiro das ideias da Cepal e de figuras como Raul Prebisch, Ragnar Nurkse, H. W. Singer e Gunnar Myrdal. O segundo modelo é oriundo das interpretações dos teóricos do Partido Comunista Brasileiro e sistematizado por Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, com inspiração das análises de Lênin e retomando as teses da III Internacional para os países atrasados. O terceiro modelo advém dos trabalhos de André Gunter Frank, Caio Prado Jr. e Rui Mauro Marini, baseado no marxismo norte-americano de Paul Baran e Paul Sweezy, sob influência da Teoria da Revolução Permanente de Trotsky e das teses da IV Internacional. O quarto modelo, de expoentes como Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen, tem inspiração conservadora e se opõe aos demais de inspiração crítica ou mais à “esquerda”; foi colocado em prática a partir do Golpe de 1964, aliando a adaptação dos princípios neoclássicos liberais à necessidade de grande intervenção do Estado na economia, através da criação de empresas estatais e na regulação da força de trabalho, potencializando os lucros através da deteriorização salarial.

Não é nosso intuito analisar profundamente o trabalho e os modelos propostos por Mantega, entretanto, no que interessa à nossa discussão, o autor procura apresentar os modelos a partir da ideia de que todos partiram de teorias econômicas disponíveis, aplicando-as à formação social brasileira. Ou seja, são modelos que adaptaram formulações teóricas à realidade brasileira, em outras palavras, à realidade de um capitalismo retardatário e subdesenvolvido. Essa adaptação confere a eles originalidade, segundo Mantega.

Desta forma, os modelos analíticos propostos seriam criativos e originais ao adaptarem teorias já existentes e isso garantiria a eles a alcunha de formadores da economia política brasileira. Note-se que o autor procura fugir de questões metodológicas mais complexas a respeito da definição de pensamento econômico.

Já o trabalho de Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro*, adota a mesma tipologia de Schumpeter discutida anteriormente. O autor organiza seu livro a partir da noção de ciclo ideológico, baseado na noção schumpeteriana a respeito de pensamento econômico. Para ele, assim como para Schumpeter, a ideia de pensamento econômico estaria ligada a um conjunto de

opiniões, posições ou interpretações relativas à política econômica³⁰, ou seja, diferente da ideia de análise econômica. Logo, não haveria no país a possibilidade de se escrever uma História da Análise Econômica, dada a ausência de produção teórica e analítica. Para o autor, no Brasil, os economistas estavam mais interessados e envolvidos com questões práticas, ligadas diretamente aos dilemas nacionais e à política econômica que os resolveria, que com questões propriamente e puramente teóricas. Luiz Carlos Bresser Pereira³¹ levanta questão parecida ao afirmar que “os intelectuais brasileiros são mais pragmáticos e mais engajados no processo político do que os intelectuais dos países desenvolvidos” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.57) não havendo espaço, na periferia, para teorias abstratas. Dessa forma, a reflexão sobre a economia brasileira nos leva a um debate não teórico, mais prático e historicamente determinado. Deste modo, “a dimensão histórica do pensamento econômico e não seu conteúdo analítico, transformam-se, necessariamente, na linha-mestra de nosso estudo” (BIELSCHOWSKY, 2004: p.6).

Assim, o pensamento econômico analisado tem por núcleo a ideia de desenvolvimentismo, assim, Bielschowsky analisa o que ele definiu como ciclo ideológico do desenvolvimentismo, ou seja, sua formação, consolidação, auge e crise. Trata-se também, portanto, de um trabalho voltado para a relação entre o pensamento desenvolvimentista e o desenvolvimento econômico brasileiro, a industrialização.

Assim sendo, o autor define o conceito chave que organiza sua análise, o desenvolvimentismo como “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico” composto do projeto da industrialização, com a participação efetiva do Estado, seja planejando ou promovendo investimentos, uma vez que o mercado seria incapaz de promovê-la. Esse seria o caminho para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

Portanto, o trabalho de Bielschowsky, a partir da ideia geral do desenvolvimentismo, organiza o pensamento econômico brasileiro entre 1945 e 1964 em correntes, quais sejam, neoliberal, desenvolvimentista e socialista, além de apresentar o pensamento independente de Inácio Rangel.

A corrente neoliberal teria uma vocação neoclássica, liberal, contra a atuação do Estado na economia, favorável ao equilíbrio monetário e financeiro que combatesse a inflação e defensora da vocação agrária brasileira e, portanto, contrária a ideia de indução da industrialização através do incentivo estatal. Seus principais representantes eram Eugenio Gudin, Otávio Gouvêa de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel de Carvalho.

Já a corrente desenvolvimentista se dividiria em três outras correntes: desenvolvimentista no setor público não nacionalista, desenvolvimentismo no setor público nacionalista e desenvolvimentismo no setor privado. A corrente não nacionalista era representada por Roberto Campos, Lucas Lopes, Ary Torres e Glycon de Paiva e defendia a participação do capital estrangeiro na industrialização, uma atuação parcial do Estado na economia através do planejamento e a favor de políticas estabilizadoras que combatessem a inflação. A corrente nacionalista representada por Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo Oliveira, Evaldo Lima e Roberto Simonsen, tinha influência cepalina, acreditava no planejamento e atuação estatal para promover a industrialização, acreditava que a inflação era um fenômeno estrutural que deveria ser combatido através das políticas de desenvolvimento e se portava favorável à reforma agrária. Por fim, os principais expoentes da corrente desenvolvimentista no setor privado eram Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno Figueiredo, e acreditavam que a industrialização deveria ser pautada pela proteção do Estado ao capital industrial nacional.

A corrente socialista organizava-se a partir do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do ISEB, e tinha como representantes Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Aristóteles Moura. Inspirados pelo materialismo histórico, acreditavam que o

³⁰ Como já visto anteriormente, posição algo parecida com a de José Luis Cardoso quando discute o caso de Portugal.

³¹ BRESSER-PEREIRA, L. C. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

desenvolvimento capitalista era uma necessidade para a viabilização do socialismo. Deste modo, defendiam uma industrialização planejada e ancorada em bases nacionais e na reforma agrária, para assim romper com a dominação imperialista e com a concentração da renda e da terra, que impediam o país de crescer e se desenvolver.

Desde modo, Bielschowsky procura organizar o pensamento econômico brasileiro e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo que, para ele, teve seu nascimento entre 1930 e 1945, sua maturação entre 1945 e 1955, seu auge entre 1955 e 1960 e sua crise entre 1960-1964.

Tanto Bielschowsky quanto Mantega trabalham com critérios de seleção parecidos e organizam o Pensamento Econômico Brasileiro entorno do debate a respeito do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico. Contudo, a forma como apresentaram e expuseram suas ideias é diferente, como verificamos anteriormente.

A questão metodológica é um aspecto fundamental a todos os trabalhos que pretendem abordar a história do Pensamento Econômico Brasileiro. A questão sobre o que é e como expor o Pensamento Econômico Brasileiro não é trivial e por isso sua discussão é difícil. São poucas as obras a respeito do tema e nem sempre elas se preocupam em responder tais questões.

Um trabalho importante foi o organizado por Maria Rita Loureiro³²: Oriundo de um Seminário organizado na USP, o trabalho toma como base a criação do curso de economia no Brasil e o desenvolvimento das instituições de pesquisa, dos departamentos de economia e dos cursos de graduação e pós-graduação no país. Assim, a obra procura sintetizar e apresentar um balanço, a respeito do Pensamento Econômico Brasileiro, através de textos de Luis Carlos Bresser Pereira, que reflete sobre as interpretações sobre o Brasil, discutindo as principais interpretações sobre a formação social e econômica brasileira, de Guido Mantega e Ricardo Bielschowsky, e apresenta sínteses de seus trabalhos já citados acima, além de um texto de Leda Paulani sobre a Teoria da Inflação inercial. Além disso, são discutidas as instituições de ensino e pesquisa em economia, desde o seu início, bem como o rumo que tomaram ao longo dos anos. É um trabalho importante pois reúne depoimentos de vários dos principais economistas do país.

Recentemente, o livro *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*, organizado por Tamás Szmrecsányi e Francisco da Silva Coelho³³, procurou realizar um trabalho de síntese do Pensamento Econômico Brasileiro contemporâneo. Nota-se, pelos textos e pela organização da obra, a opção por abordar tema de forma abrangente e sob vários aspectos. Por um lado, adotou a contemporaneidade como critério para trabalhar com pensadores do século XX; por outro, abordou o tema tanto do ponto de vista individual, selecionando e apresentando a ideia dos pensadores individualmente, quanto procurou abordar o desenvolvimento da ciência econômica nas Universidades com a formação dos cursos de graduação e pós-graduação em economia nos principais centros do país, bem como as influências teóricas que o Pensamento Econômico Brasileiro sofreu e os principais temas abordados e debatidos pelos economistas brasileiros. Ao final, temos um trabalho ousado, de grande valor, exposto em 32 capítulos e envolvendo 35 economistas de diversas áreas e centros do país.

Um trabalho recente e que procura discutir questões metodológicas a respeito da história do Pensamento Econômico Brasileiro é o do grupo de pesquisa coordenado por Maria de Mello Malta³⁴. Para eles, a questão metodológica é um problema para se estudar no período recente. De um lado, a influência dos trabalhos de Mantega e Bielschowsky, de outro, o desenvolvimento dos departamentos, centros de pesquisa e pós-graduação em economia, que permitiram a entrada das discussões econômicas nos campos acadêmicos e teóricos. Assim, não é mais possível retratar o pensamento a partir apenas das suas contribuições práticas e interpretativas da teoria econômica

³² LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

³³ SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (Orgs.). *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

³⁴ MALTA, Maria Mello de. *Ecossistemas do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, Centro Celso Furtado, 2011.

convencional, com vistas à um fim específico de política econômica, como fizeram Mantega e Bielschowsky para o período de 1930 a 1964.

Desta forma, incorporando uma produção acadêmica e teórica em desenvolvimento no país a partir da década de 1960, o grupo pretende estudar o pensamento econômico no período que Bielschowsky caracterizou como de crise do pensamento desenvolvimentista. Desta forma, caminha para um caminho semelhante ao do autor, tentando avançar sua proposta a um período contemporâneo. Assim, acrescenta novos argumentos metodológicos mas não se afasta muito do que o autor e também Mantega discutiram, ou seja, o pensamento econômico a partir da ideia unificadora do debate entorno do desenvolvimento. Certamente é difícil se livrar desta questão, que é central em qualquer discussão a respeito do país, seja em economia ou em qualquer outra ciência social. Trata-se, portanto, de um esforço de reflexão metodológico, anterior a qualquer estudo sobre História do Pensamento Econômico, que procura apresentar uma escolha de autores e temas, bem como um critério de escolha destes.

Outro trabalho importante é o de Ângela Ganem. Assim como os autores discutidos até agora, o foco de sua análise coloca o século XX como marco inicial da análise e o desenvolvimento como ponto central das discussões. Para autora, o Pensamento Econômico Brasileiro deve ser considerado a partir de sua relação com a própria história econômica do país, bem como a partir de adaptações criativas de conceitos da teoria econômica tradicional e da elaboração de conceitos próprios à nossa realidade. Para Ganem, o pluralismo e a interdisciplinaridade são aspectos essenciais do Pensamento Econômico Brasileiro.³⁵

Portanto, as principais obras a respeito do Pensamento Econômico Brasileiro definem como marco inicial o século XX. Como podemos notar, o desenvolvimento é elemento unificador das ideias e preocupações, o que explica o recorte temporal das análises. Contudo, apesar de considerar as análises anteriormente ponderadas como importantes e fundamentais, acreditamos ter especial importância uma reflexão mais profunda a respeito do Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX.

Geraldo Beauclair (2001) argumenta que, de uma forma geral, os economistas desconsideram o século XIX como período relevante para a história do Pensamento Econômico Brasileiro. Entendemos que tal escolha trata-se, antes de tudo, de opção metodológica, como expomos até aqui. Conhecendo bem a formação econômica do Brasil, sabemos que a estrutura econômica do país se altera do século XIX para o XX, sendo que sua condição periférica se mantém. Assim, estudar o Pensamento Econômico Brasileiro do século XIX ajuda a compreender a formação do Pensamento Econômico Brasileiro atual. Da mesma forma, estudar o Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX é essencial para entender a formação desse pensamento na periferia e sua influência nas políticas econômicas adotadas.

A seguir discutimos alguns trabalhos que focam suas atenções no Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX. Se, por um lado, podemos considerar que há certa escassez de pesquisas de história do Pensamento Econômico Brasileiro sobre esse período, por outro, um exame detalhado na literatura econômica e histórica nos faz descobrir alguns trabalhos sobre o assunto que nos ajudam a refletir a respeito das questões metodológicas discutidas anteriormente.

Um trabalho pioneiro é o de Humberto Bastos, *O Pensamento Industrial no Brasil*³⁶, de 1952. O livro pretende dar um perfil ou fazer uma introdução à história do capitalismo industrial brasileiro, “e sua luta para sobreviver aos embates com o capitalismo comercial nascente, aliado às vivências do patriciado rural e aos interesses especificamente alienígenas” (Bastos, 1952, p.8). Articulando as ideias nacionalistas e protecionistas à história do desenvolvimento industrial brasileiro, o autor discute ideias de figuras fundamentais do pensamento econômico nacional.

³⁵ GANEM, Ângela. Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro. *Análise Econômica*, v.59, n.26, 2011 & Ganem, Ângela. A História do Pensamento Econômico Brasileiro como questão. In: MALTA, Maria Mello de. (org.) *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, Centro Celso Furtado, 2011.

³⁶ BASTOS, Humberto. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

O autor inicia o livro com uma introdução onde são apresentadas ideias de Ruy Barbosa. A ideia era desconstruir certa imagem negativa que se formou dele na história nacional, apresentando-o como um sonhador de “esforços heroicos” pelo desenvolvimento industrial brasileiro.

O capítulo seguinte discute basicamente as ideias industriais durante o século XIX, durante o período imperial. O autor procura mostrar como o livre-cambismo não favorecia aos países dependentes, como o Brasil, sendo favorável às nações industriais, como a Inglaterra. Além disso, mostra que os países que se desenvolveram praticavam o protecionismo. Assim, Bastos argumenta que desenvolvidos defendiam práticas e ideias econômicas que somente favoreciam a eles em detrimento do progresso das nações atrasadas. A partir destas questões, procura articular desde ideias e pensamentos de personagens e figuras brasileiras importantes durante o século XIX a episódios e exemplos da história nacional. Desta forma, argumenta que, apesar de, em muitos momentos, vários políticos, empresários ou intelectuais terem defendido ideias industrialistas, progressistas, que visavam ao desenvolvimento nacional, o que se nota são ações neutralizadas pelo interesse monárquico, ligados à uma elite agrária e rural, voltada para a produção agrícola direcionada ao comércio internacional. Assim, conclui que,

“As ligações da monarquia com elites do capitalismo comercial, despreocupando-se propriamente da atividade industrial, e mesmo prejudicando-a com um certo estatismo, excetuando-se a indústria do açúcar, foi tão irritante que nos programas de agremiações políticas a partir dos três últimos decênios do século XIX encontra-se a exaltação da liberdade para a indústria e para o comércio e a revogação de privilégios e monopólios. Procuravam homens como Nabuco de Araujo, Souza Franco, Zacarias de Goes e Vasconcellos, Francisco José Furtado, Theophilo Benedicto Ottoni, Cunha Paranaguá e vários outros para reagirem contra a absorção monárquica, tentando estabelecer, com um regime de liberdade, melhor clima ao progresso nacional. Mas esse liberalismo já nos encontraria em posição altamente desfavorável na vida econômica internacional, expressa na dívida externa e na estrutura semi-colonial da nossa economia, e com a predominância, por isto mesmo, dos interesses rurais.” (BASTOS, 1952, p.76-77)

Assim, para Humberto Bastos a mentalidade industrial no Brasil estava em formação no final do século XIX, início do século XX. Esta mentalidade enfrentava interesses importantes, tanto internos quanto externos. O autor analisa o período inicial da República e todo o debate entorno da adoção de medidas mais progressistas pelo governo. Para ele, nesse período, o pensamento industrial iria ganhar importância, se consolidar e forçar os governos a adotar medidas conciliadoras de interesses divergentes diante das ideias industrialistas.

A partir daí, o autor procura mostrar como as transformações mundiais durante o século XX e o avanço da urbanização no Brasil irão contribuir para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Assim, o autor apresenta a consolidação do pensamento industrial no país e a formação do capitalismo brasileiro. Para o autor, este pensamento já se fazia presente, mesmo que não dominante, desde o século XIX, tendo se consolidado a partir das primeiras décadas do século XX, resultado das grandes transformações do Brasil e do cenário internacional.

Bastos conclui seu trabalho defendendo a ideia de que o capitalismo não é único e que não existe uma fórmula para se atingir o desenvolvimento e o progresso. Procura, assim, criticar àqueles que sempre defenderam ideias importadas, distantes da nossa realidade e ressaltar as ideias originais e preocupadas com o interesse nacional, com o desenvolvimento e melhor apropriação das riquezas. Para ele, “o nosso erro tem sido repetir axiomas estrangeiros e querer aplicá-los entre nós. Daí a ficção intelectual que se cria em relação ao Brasil em contraste com a sua realidade física.” (BASTOS, 1952, p.213)

Deste modo, o critério de seleção de pensadores utilizado por Humberto Bastos leva em conta a questão do industrialismo e da originalidade de ideias que procuraram interpretar a realidade brasileira a partir de suas especificidades, sem difundir acriticamente pensamentos importados,

propondo medidas de superação dos problemas econômicos nacionais. Portanto, seu critério parece claro e nos remete ao período em que seu trabalho foi concebido. A década de 1950, marcada pelo segundo governo de Getúlio Vargas e pelo governo Juscelino Kubitschek é, para muitos economistas e historiadores econômicos, o momento de consolidação da indústria nacional a partir da forte influência, gerenciamento e ação estatais.

Outro trabalho pioneiro é o de Paul Hugon, *A Economia Política no Brasil*³⁷, originalmente publicado em 1955. Este texto é citado por grande parte dos trabalhos que abordam o pensamento econômico no Brasil durante o século XIX e o início do século XX. O autor divide o estudo em duas partes, de 1804 a 1930 e depois de 1930. Não há qualquer análise metodológica, contudo, em uma nota, o autor sintetiza os objetivos do seu estudo: “Nessas páginas trataremos de economia política brasileira: a fim de poder estabelecer uma ligação entre o presente estudo especializado e as questões gerais relativas ao ensino e à cultura brasileira” (HUGON, 1994, p.393).

O grande mérito do trabalho de Hugon é buscar analisar como a Economia Política foi introduzida no Brasil a partir do estudo do seu ensino nos cursos superiores no país. Para tanto, começa analisando a obra de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, e o seu pioneirismo a partir do seu *Princípios de Economia Política* de 1804 e de sua nomeação, por decreto real de D. João VI, em 1808, para ministrar a disciplina de Economia Política, que seria instituída no Brasil a partir de então. Ademais, procura valorizar as ideias de Cairu e negar a ideia de que seria um simples divulgador de Adam Smith. Hugon apresenta José da Silva Lisboa como pensador que refletiu sobre Economia Política a partir da realidade brasileira e suas peculiaridades; como pensador original, defensor da indústria, que antecipou List e elaborou uma doutrina especificamente brasileira.

Ademais, Hugon procura analisar o ensino de Economia Política nas Faculdades de Direito, onde, segundo o autor, exclusivamente se ensinou a disciplina durante os anos de 1827 a 1863. Sua análise se preocupa em mostrar os autores abordados e discutidos no ensino da disciplina e argumenta que ela não teve influência única e exclusivamente da economia política inglesa.

O autor analisa ainda o ensino da disciplina na Escola Politécnica, iniciado a partir de 1869. Assim, como no caso das Faculdades de Direito, procura apresentar os autores discutidos e apresentados nos cursos. Além disso, mostra como os responsáveis pela disciplina tiveram grande ligação com o poder público (José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, Aarão Reis, Vieira Souto) e como a disciplina estava voltada para a compreensão da situação da economia brasileira.

A partir da segunda parte, Hugon procura analisar a formação dos departamentos e cursos de economia, partindo da introdução da economia política no quadro das ciências sociais e a consequente independência da disciplina e a formação das Faculdades de Economia.

O trabalho de Paul Hugon tem grande mérito por seu pioneirismo e por apontar caminhos importantes, e, por isso mesmo, é citado por quase todos os estudiosos sobre o Pensamento Econômico Brasileiro. Notemos aqui que o critério de seleção de pensadores adotado pelo autor está diretamente ligado à introdução, difusão e o ensino de economia no país. Convém recorrer ao contexto histórico para entender que Paul Hugon fez parte do processo de constituição da Universidade de São Paulo. De origem francesa, assim como diversos outros professores, que na USP trabalharam (como Fernand Braudel, François Perroux e Michel Foucault), Hugon era responsável pela cátedra de *Economia Política e História das Doutrinas Econômicas* na FFCL e participou ativamente da criação de um instituto na USP que se dedicasse exclusivamente ao ensino e pesquisa de economia, hoje representado pela FEA. Ou seja, o autor está diretamente ligado à questão do ensino de economia, da criação de um dos cursos de economia mais tradicionais do Brasil e do desenvolvimento de uma das mais importantes Universidades do país³⁸.

³⁷ HUGON, Paul. *A Economia Política no Brasil*. In: AZEVEDO, Fernando de (org.). *As Ciências no Brasil*. 2ª Ed., V.2., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

³⁸ Ver PINHO, Diva Benevides. *Economia política e a História das doutrinas econômicas*. *Estudos Avançados*. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994.

Merecem destaque também os trabalhos de Heitor Ferreira Lima³⁹. No livro *História do Pensamento Econômico no Brasil*, o autor procura abordar o tema fazendo uma reflexão inicial sobre as doutrinas econômicas e o pensamento econômico em Portugal. Para ele, houve certo atraso dos estudos econômicos no país, o que seria um reflexo do seu atraso econômico, resultado da dependência da economia colonial, do comércio exterior, que levou a uma estagnação da estrutura econômica, principalmente no campo, e um atraso em relação aos outros países europeus. Lima aponta também a influência dos jesuítas em Portugal, como causa para o atraso nas reflexões filosóficas. Isso porque eles fecharam o país à renovação científica, processada pelo renascimento em toda a Europa. Este atraso na evolução econômica e no pensamento econômico em Portugal refletiria de forma importante no Brasil.

Em seguida, Lima apresenta os que, para ele, foram os primeiros economistas brasileiros. Analisando o período colonial, o autor procura argumentar que o predomínio quase que total da economia agrícola, da produção a partir do uso da terra, deram uma característica fisiocrática ao pensamento que se desenvolveu naquela época. Assim, apresenta figuras com Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva e André João Antonil. Comum à maioria deles o fato de estudarem em Portugal, a ligação com a escola fisiocrática lusitana, e o fato de terem vivido em um momento de consolidação da economia brasileira, o que permitiu o enraizamento da população. Isso, para o autor, fortaleceria o sentimento nacional no Brasil e conduziria muitos deles a estudar e pensar os problemas técnicos e econômicos brasileiros. Aos poucos, esse sentimento nacional e a luta pelos interesses internos inaugurariam uma nova fase do pensamento econômico, “de profunda repercussão e de feições políticas e sociais, que acabaram desembocando na Independência, ou seja, na separação definitiva das duas nações” (LIMA, 1976, p.69).

A seguir, o autor destaca a luta pela autonomia do Brasil. Relata a importância das transformações mundiais entre o final do século XVIII e início do XIX, as revoluções burguesas na Europa, a revolução industrial, a independência americana, o nascimento da Economia Política com Smith e Ricardo na Inglaterra e a fisiocracia francesa. No Brasil, esse período se caracteriza pelo fim do regime colonial, nas palavras do autor, “no sentido do esgotamento de sua capacidade criadora”. Os movimentos questionadores da dominação política emergiam como consequência do desenvolvimento da colônia. Assim:

“À proporção que a situação da colônia se modificava completamente, em consequência do desenvolvimento que nela se operava, sua relação com a metrópole começava a se alterar, provocando mudanças de importância no pensamento econômico, dando-lhe um dinamismo que antes não possuía.” (LIMA, 1976, p.72)

Dentre esses movimentos, o autor destaca a Inconfidência Mineira. Além disso, dá destaque à influência inglesa nas ideias nacionais e, logo, a busca pela defesa de atividades manufatureiras. A transferência da corte para o país em 1808 é mais um episódio da crise do sistema colonial, da emergência e do crescimento do Brasil, que irão desaguar na Independência. “Fortaleciam-se as classes comercial, burocrática e intelectual, dando lugar a outras elites sociais e econômicas, propiciando o surgimento de novos dirigentes para o país, completando-se assim a emancipação nacional” (LIMA, 1976, p.76).

Ademais, o autor destaca a figura do Visconde Cairu. Concordando, citando e levantando as mesmas ideias de Paul Hugon, Heitor Ferreira Lima, apresenta Cairu como um pensador original, que retratou o Brasil a partir das suas especificidades, difundindo as ideias de Adam Smith, defendendo o liberalismo, mas os condicionando aos interesses nacionais, portanto, nacionalista.

³⁹ LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

A partir daí, Heitor Ferreira Lima procura analisar a nova classe formada no Brasil que irá participar da Independência e comandará a nação a partir daí. Formada, em sua grande maioria, em Coimbra, tinha ideias liberais. Esse liberalismo se explicava pela conjuntura internacional, com os progressos nas ciências, a mundialização dos mercados, a defesa inglesa do livre mercado para seus produtos manufaturados.

Contudo, a apropriação do liberalismo no Brasil teve suas incoerências e peculiaridades. Se na Europa a ideologia liberal justificou e embasou revoluções democrático-burguesas, na América Latina serviu para justificar a independência política. No Brasil, o liberalismo foi a ideologia dos comerciantes, latifundiários e escravistas. Há uma profunda incoerência de princípios. Na Europa, a luta da burguesia contra a nobreza feudal, pelo industrialismo, no Brasil a luta é dos latifundiários e escravistas contra a opressão da metrópole, pelo livre comércio.

É justamente no entorno destas questões que se desenvolverá o debate econômico durante o primeiro reinado, para Heitor Ferreira Lima. Explorando os debates parlamentares e os discursos de importantes personalidades políticas da época, como Clemente Pereira, Campos Vergueiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho. Muitos deles ocuparam o ministério da Fazenda e suas ideias caracterizavam as visões econômicas dominantes naquele momento. A maioria deles defendia o livre-cambismo, a exportação de nossos produtos agrícolas e a importação de produtos manufaturados. Ou seja, “defendeu abertamente fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e o grande comércio importador de produtos industrializados, isto é, defendeu interesses das duas classes de maior peso em nossa economia e as de maiores atividades”. (LIMA, 1976: p.89)

Já a indústria não merecia muitas atenções governamentais. Não havia interesse pelo seu progresso. O interesse ligado à terra e ao comércio, somado à ideologia liberal de especialização produtiva, sepultava qualquer interesse ligado ao desenvolvimento da indústria. Para Lima, enquanto os Estados Unidos ampliavam suas fronteiras, conquistavam territórios, dividindo as terras, criando pequenas propriedades agrícolas e assim fomentando o nascimento e o crescimento contínuo de um mercado interno, em que se beneficiava a imigração e fomentava o surgimento de indústrias, o Brasil ia pelo caminho do latifúndio e dos interesses das poucas classes dominantes.

O livro de Heitor Ferreira Lima é muito interessante e lança questões importantes sobre a formação nacional. Após apresentar o debate econômico durante o primeiro reinado, o autor irá discutir as ideias econômicas durante o segundo reinado e o final do século XIX, dando ênfase ao debate entre metalistas e papelistas, às crises econômicas do segundo reinado, ao pensamento de figuras importantes como Mauá, Ruy Barbosa, Joaquim Murinho e Roberto Simonsen. Mais à frente, discutiremos mais aprofundadamente estas ideias e pensadores. Alguns deles foram retratados pelo próprio autor em outro livro importante⁴⁰.

Por enquanto, é importante para nós ressaltar pontos importantes do trabalho de Heitor Ferreira Lima. Primeiramente, cabe ressaltar a opção metodológica do autor que não reduziu a História do Pensamento Econômico à simples apresentação de ideias de pensadores que ele considera mais importantes. Ao contrário, o autor buscou um trabalho de síntese, onde intercala a história dos acontecimentos com a história das ideias e a relação entre elas. Ademais, cabe ressaltar a sua escolha por retratar o pensamento econômico no Brasil desde os tempos coloniais e, como esse período, assim como as raízes portuguesas, influenciaram na formação das ideias econômicas no Brasil. Mais ainda, cabe observar o critério de escolha dos pensadores e figuras mais importantes a serem retratados: quase todos são homens da política, ligados ao poder, aos governos. Mais do que isso, eles se apropriam das teorias econômicas sempre a partir dos interesses que os movem. Sejam eles interesses ligados às peculiaridades brasileiras, sejam eles ligados aos interesses das elites brasileiras. Assim, o pensamento econômico no Brasil surge para dar sentido e justificar as ações políticas. Posteriormente, abordaremos mais a questão.

⁴⁰ LIMA, Heitor, Ferreira. *3 Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Outro trabalho importante e que segue a mesma linha de Paul Hugon é o de Dorival Teixeira Vieira⁴¹, *A História da Ciência Econômica no Brasil*⁴². Neste texto, o autor discute a formação do Pensamento Econômico Brasileiro, apresentando as principais influências a partir do ensino de Economia, primeiro nas Faculdades de Direito e Engenharia e, posteriormente, nas Ciências Sociais, e depois, com a formação dos cursos de Economia, nas Faculdades e Departamentos de Economia. Interessante, na análise, é perceber como a disciplina se desenvolveu no país. Um dos argumentos é que por ter se desenvolvido em Faculdades de Direito e Engenharia, teve sempre um caráter mais doutrinário, voltado à ação, às medidas políticas e ao desenvolvimento dos problemas econômicos nacionais. Assim, no Brasil, “não havia o ensino de Ciência Econômica, mas sim de Doutrinas Econômicas, mais ao sabor dos individualismos e das polêmicas, tão do grado da cultura brasileira durante os séculos XIX e XX”. (VIEIRA, 1981, p.355)

Mais recentemente, a tese de Amaury Gremaud⁴³ aponta, inicialmente, a relação estabelecida por vários economistas entre os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico tardio brasileiro, ou seu subdesenvolvimento, e a ausência de um pensamento econômico concreto, que refletisse a realidade brasileira durante o século XIX. Gremaud argumenta que, para autores como Furtado e Peláez, as concepções econômicas no Brasil do XIX estariam muito vinculadas à teoria econômica concebida a partir das economias desenvolvidas. Por isso, careciam de originalidade e não foram capazes de transformar a realidade brasileira. Gremaud aponta que, mesmo partindo do pensamento econômico produzido a partir da tradição europeia, existia alguma originalidade no Pensamento Econômico Brasileiro em termos das reflexões a respeito da nossa realidade e da forma como se adaptava tal tradição ao cenário brasileiro.

Baseado em Hugon, Gremaud concentra sua análise na discussão da entrada e difusão da economia política no Brasil durante o século XIX. Seu objetivo parece ser mostrar como e de que forma a Economia Política chegou ao Brasil, como se iniciou e de que maneira se materializou o ensino de Economia Política no país, que preparava e formava a intelectualidade brasileira que, em algum momento, seria responsável pela formulação da política econômica nacional. “Assim busca-se apreender que tipo de concepção de Economia Política e, dentro desta, de teoria monetária, fazia parte da formação acadêmica dos futuros formuladores da política econômica nacional.” (GREMAUD, 1997, p.7)

O autor argumenta que estudar o Pensamento Econômico Brasileiro durante o século XIX é razoável, uma vez que a elite nacional se formou intelectualmente tendo contato com Economia Política e seus teóricos, sendo que tal formação teve influência no debate e na formulação da política econômica durante o período imperial. Seguindo uma estrutura semelhante à de Paul Hugon, apresenta o ensino de economia política nas Faculdades de Direito e Engenharia brasileiras durante o século XIX, a partir de um exaustivo levantamento bibliográfico de trabalhos a respeito do tema, bem como das obras adotadas nos cursos e das ideias defendidas pelos professores. De modo geral, procura quase sempre identificar ideias originais e interpretações específicas a respeito da realidade brasileira nos personagens e temas que apresenta. Desta forma, destaca o poder de apropriação e adaptação da teoria econômica tradicional pelos catedráticos brasileiros do século XIX.

Ao analisar o Pensamento Econômico Brasileiro a partir do ângulo do ensino de economia política, autores como Hugon e Gremaud evidenciam a originalidade de várias ideias concebidas no país. Por outro lado, destacam também o sentido prático que vários catedráticos davam às ideias econômicas. A análise do ensino de economia política no Brasil durante o século XIX consegue

⁴¹ Dorival Teixeira Vieira foi um dos primeiros assistentes de Paul Hugon na cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas na criação da Faculdade de Economia na USP. Ver PINHO, Diva Benevides, Op. Cit.

⁴² VIEIRA, Dorival Teixeira. *A História da Ciência Econômica no Brasil*. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. (coordenadores). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU: Edusp, 1979-1981.

⁴³ GREMAUD, Amaury. P. *Das controvérsias teóricas à política econômica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.

fornecer um retrato importante do Pensamento Econômico Brasileiro no período, isto é, um pensamento econômico que procurou sempre adaptar teorias econômicas dos países centrais. Conservadora ou progressista, poderíamos afirmar que tais adaptações não deixam de ser originais, afinal refletiam sobre a realidade brasileira.

Em síntese, pensar a história do pensamento econômico brasileiro é, antes de tudo, pensar as ideias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre a economia e a realidade brasileira. Deste modo, são possíveis diversos critérios de seleção e determinação de pensadores e ideias a serem consideradas. De um lado, podemos entender que o Pensamento Econômico Brasileiro foi, desde o seu início, menos acadêmico e mais prático e, assim, analisar a influência de algumas personalidades que pensaram a economia brasileira sobre a política econômica concreta. Por outro lado, pode-se refletir como a teoria econômica se difundiu pelo país e influenciou a política econômica e o ensino de economia ou buscar ideias e teorias originais surgidos a partir do Brasil.

Assim, é preciso sempre reafirmar a necessidade da discussão metodológica entorno da História do Pensamento Econômico. Ao final desta breve reflexão podemos reforçar a ideia de que é preciso e necessário considerar o pensamento e a teoria econômica de maneira ampla, reconhecendo a relação das ideias com o contexto e a realidade histórica em que estão inseridas. Deste modo, a reflexão sobre a História do Pensamento Econômico no Brasil não pode, nem deve, ser feita distante da reflexão histórica, o que dá a ela sentido e importância.

O conjunto dos trabalhos acima mostra que havia não só um pensamento econômico no Brasil, no sentido da difusão das ideias econômicas, como um Pensamento Econômico Brasileiro, no sentido da adaptação original. A reflexão a respeito da gênese do Pensamento Econômico Brasileiro no século XIX impõe ao historiador a necessidade de uma periodização e definição de critérios para a abordagem a respeito do tema.

Portanto, acreditamos ser possível não só falar em pensamento econômico brasileiro no século XIX, bem como organizar a questão a partir de uma vasta bibliografia, que, reunida, nos permite falar em um conjunto de trabalhos, uma historiografia sobre o tema. Alguns destes trabalhos foram brevemente discutidos neste texto como forma de ilustrar a questão metodológica.